



▶ Declaração da [NOME DA EBMO] sobre a crise da COVID-19 e como nós, como nação, podemos responder coletivamente

▶ Data: Abril de 2020

Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 uma pandemia, elevando a epidemia para além de uma emergência sanitária mundial.

Trata-se de uma crise sanitária, económica e social que requer respostas a vários níveis de todos os sectores da nossa sociedade. Os efeitos desta pandemia serão prolongados. É provável que faltem ainda pelo menos 12 meses para se conseguir uma vacina. Muito provavelmente teremos que contar com picos periódicos da crise ao longo dos próximos 12 a 18 meses. Chegou a hora de uma acção colectiva e imediata.

Os aspectos económicos da crise da COVID-19 são inéditos. Será necessário um conjunto de respostas políticas muito diferentes das usadas em crises anteriores. Em particular, o impacto da COVID-19 na economia será negativo, uma vez que a actividade económica está a ser restringida por acções governamentais directas e decisões empresariais de encerramento, a fim de limitar a propagação do vírus em muitos países **incluindo o nosso (EBMO insere informações relevantes sobre o contexto do país)**. Emerge o grande perigo e as próximas semanas e meses trazerem elevado número de despedimentos. Muitos dos que vão perder os seus rendimentos estarão nos sectores da economia com salários mais baixos ou serão trabalhadores independentes. São necessários grandes esforços coordenados para manter os

trabalhadores nos seus empregos, protegê-los da perda de rendimentos, aliviar as perdas financeiras e acelerar a recuperação económica.

O país deve mostrar responsabilidade, solidariedade e eficiência ao enfrentar esta situação de emergência, protegendo todos os cidadãos, trabalhadores e empresas afectados. Devem ser empreendidas todas as acções possíveis para reforçar a resiliência dos trabalhadores, empresas, actividades económicas e serviços públicos face a esta crise e se poder regressar à actividade quando a crise terminar.

II. Medidas políticas

A [NOME DA EBMO] solicita ao governo que crie um comité a nível nacional, composto por representantes do sector privado e das outras partes interessadas, como sindicatos, universitários, cientistas e grupos comunitários, juntamente com os ministérios competentes, para lidar com as consequências económicas e sociais da pandemia da COVID-19. Graças à colaboração entre o governo e as organizações de trabalhadores e empregadores na busca de formas de mitigar o impacto negativo da pandemia, a [NOME DA EBMO] pensa que as crises económicas e sociais provocadas pela COVID-19 podem ser superadas.

****As EBMO devem seleccionar medidas na lista abaixo que sejam adequadas à sua situação**

Medidas de apoio ao sistema de saúde:

- ▶ Evitar proibições e restrições à exportação, especialmente para a exportação/importação de equipamentos médicos e medicamentos.
- ▶ As empresas podem ajudar os membros do pessoal que têm papéis de apoio no serviço de saúde (por exemplo, voluntariado, funções de vínculo parcial) com licenças e outras modalidades de apoio ao trabalho essencial do serviço de saúde.
- ▶ Serão necessárias medidas para garantir que os trabalhadores essenciais, em particular qualquer trabalhador do sector da saúde ou de outros sectores da linha da frente, possam chegar ao trabalho durante os períodos de restrições à circulação.
- ▶ As empresas podem apoiar e reforçar as medidas de saúde pública, como o exame das precauções de segurança para os trabalhadores que continuam a trabalhar à luz das medidas de distanciamento social.

Medidas de apoio aos trabalhadores:

- ▶ As empresas devem garantir o respeito das orientações de distanciamento social para ajudar a evitar reuniões desnecessárias, preservando ao mesmo tempo a prestação de serviços essenciais e as cadeias de abastecimento; A [Nome da EBMO] fornecerá informações sobre os procedimentos de segurança para as empresas e os seus trabalhadores e para ajudar as empresas a conhecer e gerir os seus riscos. As medidas a tomar compreendem a implementação de procedimentos de limpeza melhorados, como uma maior limpeza das superfícies duras em áreas comuns, a eliminação de balcões de self-service nos refeitórios, o aumento do número de estações de desinfecção das mãos e a redução do número de cadeiras nas salas comuns, para facilitar o distanciamento social.
- ▶ Durante o encerramento das escolas, o governo deve assegurar um apoio adequado, em particular às famílias e aos

trabalhadores com responsabilidades familiares, para que as dificuldades económicas da crise sejam atenuadas enquanto esta durar.

- ▶ O governo deve fornecer prestações financeiras para que os empregadores possam introduzir ou alargar os acordos de licença paga por doença e a elegibilidade para o subsídio de desemprego.
- ▶ O governo deve explorar a possibilidade de conceder subsídios para um aumento imediato da tesouraria e apoiar pagamentos rápidos.
- ▶ Deve também explorar a eventual introdução de subsídios salariais adicionais e de medidas de bem-estar social que proporcionem um rendimento básico a todos os trabalhadores afectados pela crise.
- ▶ Que seja possível ter acesso aos fundos nacionais, como os fundos da segurança social, a taxas de juro baixas para alguns destes apoios. Além disso, podem ser criados "fundos nacionais COVID-19" especiais que permitam contribuições de doadores, filantropos, sector privado e cidadãos privados para apoiar as medidas acima mencionadas.

Medidas de apoio às empresas:

O governo deve agora introduzir medidas para apoiar as empresas vulneráveis e evitar a perda de empregos em grande escala e manter as empresas em funcionamento. O governo deve assegurar que o apoio financeiro chegue às empresas, especialmente às PME, e a todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores independentes. Deve ser feito todo o possível para manter a nossa infra-estrutura económica, manter as pessoas no trabalho e manter as empresas em funcionamento. Para isso, devem ser disponibilizados recursos suficientes e divulgadas informações claras e regulares sobre o(s) mecanismo(s) de redistribuição desses fundos. Portanto, a [NOME DA EBMO] propõe as seguintes medidas:

- ▶ O governo deve continuar a alargar os seus apoios de liquidez e medidas de tolerância

através das autoridades fiscais (e da administração local, quando relevante) e continuar a ajustar os apoios que podem ajudar a preservar o maior número possível de empresas durante o período de crise.

- ▶ O governo poderia propor um programa de empréstimos a taxa de juro zero para empresas abaixo de uma determinada dimensão que sejam afectadas pela COVID-19 (impacto medido em função do sector e/ou diminuição das receitas).
- ▶ O governo poderia conceder subvenções directas às empresas para cobrir alguma parte das despesas de pessoal ou perdas de receitas.
- ▶ As autoridades fiscais devem proporcionar flexibilidade para ajudar as empresas com dificuldades a nível das restrições de tesouraria.
- ▶ A fim de libertar dinheiro para o pagamento de encargos, deve ser encarada a concessão de um prazo de vários meses (a reajustar de acordo com a evolução da situação) no pagamento dos impostos.
- ▶ Para as empresas em dificuldades, devem ser encaradas medidas de licenças temporárias não pagas até à recuperação da COVID-19.
- ▶ Nos casos em que estejam agendadas negociações sobre o salário mínimo, devem estas ser adiadas até que a crise abrande.

Medidas de apoio aos sectores duramente afectados:

O impacto de um colapso da procura e das receitas das empresas de bens de consumo e hotelaria de primeira linha afectará outros sectores nas próximas semanas.

A [NOME DA EBMO] apoiará estes sectores através da elaboração de redes e fóruns de colaboração para conceber respostas específicas a cada sector. Apoiaremos em particular a interacção entre as empresas e as autoridades reguladoras a nível sectorial para delinear restrições/questões sectoriais específicas. Podem justificar-se medidas de

estímulo sectorial para as empresas mais severamente afectadas.

(As EBMO inserem informações relevantes sobre o contexto do sector)

Medidas de apoio às cadeias de abastecimento:

Neste período de incerteza, com rupturas sem precedentes, as empresas podem ter dificuldades em aceder a matérias-primas essenciais, entregar produtos e aceder a mercados-chave. Os bens essenciais, como produtos alimentares e alimentos para animais, incluindo o gado, equipamento médico e de protecção vital e outras provisões devem continuar a fluir.

As principais questões relativas às interrupções da cadeia de abastecimento são:

- ▶ Acesso às matérias primas - custo e qualidade.
- ▶ Acesso a mercados - produtos perecíveis perdidos em trânsito devido a prazos de entrega mais demorados.
- ▶ Interrupções do capital circulante - prazos de entrega mais demorados.
- ▶ Perda de mercados - por exemplo, mercados de exportação restringidos pela logística ou substituídos por produção.
- ▶ Aumento das importações para fazer face ao pico da procura (em certos grupos de produtos).
- ▶ Mau desempenho dos orçamentos - impacto dos prazos de inactividade prolongados.
- ▶ Redução da produtividade ao longo da cadeia de abastecimento - bem-estar dos trabalhadores (físico e psicológico).

A [NOME DA EBMO] salienta a sua preocupação pela necessidade de não se interromperem os abastecimentos essenciais para combater a COVID-19. Recomendamos as seguintes medidas:

- ▶ Ajudar o governo a compilar uma lista geral de fornecedores e importadores, e recolher

dados-chave sobre capacidade de produção, capacidade de expansão, restrições.

- ▶ Apoiar o fabrico de produtos médicos essenciais.
- ▶ Apoiar o financiamento do comércio para a importação de produtos médicos essenciais.
- ▶ Garantir que os principais serviços públicos não sofram interrupções, (por exemplo, electricidade e água).
- ▶ Colaborar com o governo para garantir que quaisquer medidas de emergência que este tome não causem perturbações nas cadeias de abastecimento de serviços essenciais (por exemplo, alimentos e medicamentos).

Medidas actuais de apoio à recuperação:

O governo deve comunicar a sua intenção de proporcionar um estímulo fiscal e monetário significativo (em coordenação com os parceiros e doadores nacionais). O governo pode ajudar desde já a compensar parte do pânico que se está a difundir por todos os elementos da nossa economia e sociedade. Assinalar a intenção de anunciar mais medidas de estímulo para apoiar a recuperação da procura no futuro ajudará a preservar muitas empresas e empregos durante o período de crise. Um pacote coordenado de estímulo fiscal internacional e multi-agências será muito provavelmente necessário para relançar a nossa economia danificada. Defendemos que, desde já, o governo:

- ▶ Prepare medidas de estímulo para quando a emergência de saúde pública atenuar.
- ▶ Planifique uma série de medidas de estímulo fiscal para garantir a recuperação da crise em forma de V (ou seja, uma queda bastante acentuada na saúde da economia e uma recuperação bastante rápida).
- ▶ Amplie os programas de investimento público com mão-de-obra intensa na habitação e outras infra-estruturas.

Medidas de apoio à economia informal:

Como todas as empresas, as da economia informal estão a sofrer uma redução de clientela devido à pandemia. Os clientes evitam os mercados congestionados. O distanciamento social entre trabalhadores nos mercados informais é difícil por causa da multidão. Sucede o mesmo noutros sectores informais, como os transportes públicos, a reparação de veículos e a metalurgia. Nestes sectores, é muito difícil manter a higiene lavando as mãos com água e sabão.

Sem ajuda económica às pequenas empresas informais, a situação terá efeitos negativos sobre a pobreza nas comunidades pobres. As propostas relacionadas com as subvenções estatais, reduções de impostos, novas linhas de crédito ou subsídios às empresas limitam todas elas a resposta às empresas formais e aos trabalhadores formais. Nenhuma chegará até à economia informal. A resposta governamental por meio de ajudas económicas deve ter em conta a economia informal, onde as perdas de empregos e rendimentos serão provavelmente graves e onde não existe nenhuma forma de protecção social. Precisamos de aumentar os nossos sistemas de apoio social actuais para que a assistência chegue àqueles que mais dele necessitam. Fazê-lo resolverá directamente a crise iminente do aumento da pobreza e produzirá um efeito de difusão para a economia em geral.

A [Nome da EBMO] crê que é vital apoiar a economia informal durante esta crise. O apoio à economia informal é igualmente importante devido ao papel crucial que esta pode desempenhar nas acções de contenção durante este período.

- ▶ Como muitos trabalhadores informais estão em contacto com um grande número de pessoas, devem obter desinfetantes, máscaras e outros equipamentos de protecção para se protegerem a si mesmos e aos outros.
- ▶ Convém igualmente instalar pontos de água nos mercados e outros pólos do sector informal.

- ▶ É necessário ter em conta a prestação de assistência orientada a estes elementos da economia informal (ou àqueles que não recebem qualquer outra forma de subsídio social). Um subsídio especial poderia atender às necessidades das pessoas mais vulneráveis. Pode também funcionar como um estímulo económico ascendente para a totalidade da economia. Existem também oportunidades de inovação significativa na concepção de tais subsídios, para otimizar os multiplicadores económicos nas economias locais. A utilização da tecnologia de cadeias de blocos em plataformas móveis pode evitar as transacções bancárias caras, proporcionando paralelamente alto nível de segurança. O uso do dinheiro móvel inclui a capacidade de rastrear transacções móveis, enquanto proporciona grande número de dados económicos espaciais.

A [Nome da EBMO] apoia a criação de um "fundo nacional COVID-19 para cidadãos vulneráveis" especial que permita contribuições de doadores, filantropos, sector privado e cidadãos privados para apoiar as medidas acima mencionadas.

III. O que a [nome da EBMO] está a fazer

A [NOME DA EBMO] realizará um levantamento das necessidades dos seus membros para avaliar de que forma a pandemia está a afectar as empresas e os seus trabalhadores. Esta informação pode então ajudar a calibrar as respostas nacionais.

- ▶ Trabalharemos em estreita colaboração com o governo, durante toda a crise, para partilhar informações precisas à medida que a crise evolui. Isto é fundamental para combater as notícias falsas e o pânico e para acalmar as tensões sociais.
- ▶ Trabalharemos com o sector bancário e as instituições financeiras para explorar medidas como empréstimos em condições favoráveis às PME, congelamento de

dívidas e outros mecanismos de apoio às PME.

- ▶ Propomos a criação de um dispositivo de gestão do problema da compensação decorrente da rescisão de contratos causada por questões como a incapacidade de realizar exportações devido à escassez de matérias-primas.
- ▶ No que diz respeito aos arrendamentos comerciais, os senhorios devem conceder flexibilidade para o que vamos elaborar um processo consultivo.
- ▶ Criaremos um mecanismo de consulta para permitir uma colaboração e cooperação mais estreita entre os sistemas de saúde públicos e privados.
- ▶ Trabalharemos com os membros para identificar as áreas-chave dos serviços públicos que ficarão sob pressão nos próximos meses e de que forma os actores privados podem reagir.

O mais importante é ter planos robustos de continuidade de negócio (PCN) para se preparar para as próximas semanas e meses. Trabalharemos com os membros no período imediato para os assistir na elaboração dos PCN.

IV. Como vamos operar

A [NOME DA EBMO] está totalmente operacional durante a pandemia e continuaremos a prestar os serviços dos que depende. Embora existam dificuldades nesta nova realidade à medida que nos adaptamos ao distanciamento social, às restrições de viagens, ao trabalho a partir de casa e ao adiamento ou cancelamento de reuniões, implementámos uma estratégia de continuidade de negócio para a realização das nossas rotinas diárias, que nos permite proteger os nossos trabalhadores e respeitar o papel que todos nós desempenhamos na prevenção da propagação do vírus às nossas famílias, amigos e comunidades.

Na frente política: A pandemia da COVID-19 tem implicações significativas em todas as áreas políticas em que a [NOME DA EBMO] se envolve. Continuamos centrados na melhor forma de nos envolvermos com os nossos parceiros nas empresas e com o governo, para propor soluções empresariais. Manteremos o fluxo de informação e advocacia essencial para apoiar os seus interesses: a nossa equipa continua a monitorizar e a comunicar quaisquer novas medidas ou evoluções relevantes para a comunidade empresarial.

Os nossos serviços de formação: Implementámos protocolos de distanciamento social em todos os nossos módulos de formação. São fornecidos desinfetantes e outros equipamentos de protecção. Pensamos que os nossos programas de formação são um espaço seguro. Estamos também a examinar de que forma - se a crise se prolongar - poderemos deslocar parte da nossa formação para um espaço virtual e realizar formações em linha.

Comunicação: Usaremos o nosso boletim electrónico semanal (ou os outros meios de comunicação regular) para manter contacto acerca do que fazemos para garantir a representação contínua e proactiva dos seus interesses perante o governo. Estamos igualmente a elaborar uma página web dedicada à COVID-19. Este espaço também destacará as iniciativas dos membros da [NOME DA EBMO]. A página já se encontra em linha e será actualizada diariamente.

A [NOME DA EBMO] pensa que todas as medidas devem ser avaliadas regularmente para determinar se são suficientes e adequadas. O nosso país está a passar por uma grande crise, de magnitude excepcional, que nos afecta todos. Trata-se, portanto, de fazer agora o máximo para preservar o tecido económico e o equilíbrio social do país.

FIM